



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1460133 - MG (2019/0053625-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : REGINALDO APARECIDO DE JESUS (PRESO)
AGRAVANTE : WENDERSON SOARES COELHO
ADVOGADO : NILTON JOSE CARVALHO - MG113373N
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MINUTA DE AGRAVO QUE NÃO INFIRMA ESPECIFICAMENTE FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por REGINALDO APARECIDO DE JESUS e por WENDERSON SOARES COELHO contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, alínea *a*, da Constituição da República, manifestado contra o acórdão prolatado na Apelação Criminal n.º 1.0071.16.005678-5/001.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau condenou os Agravantes às penas de 25 (vinte e cinco) anos, 3 (três) meses e 22 (vinte e dois) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 12 (doze) dias-multa, como incurso no art. 157, § 3.º, do Código Penal. Houve apelação somente defensiva, a que o Tribunal de origem deu parcial provimento provimento, reduzindo as pena para 23 (vinte e três) anos de reclusão e 11 (onze) dias-multa, em acórdão assim ementado (fls. 552-554):

"EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – PRELIMINARES – NULIDADE DO PROCESSO – CERCEAMENTO DE DEFESA – JUNTADA DE GRAVAÇÕES – RECONHECIMENTO – ART. 226 DO CPP – ART. 212 DO CPP – MAGISTRADO CONDUTOR DO PROCESSO – REGISTRO DA AIJ – MÍDIA GRAVADA – INTEGRALIDADE DO ATO – REJEIÇÃO – DELITO DE LATROCÍNIO – PLURALIDADE DE AGENTES – AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS COMPROVADAS – DOMÍNIO FINAL DO FATO – DIVISÃO DE TAREFAS – MORTE DA VÍTIMA – NÃO SUBTRAÇÃO PATRIMONIAL – IRRELEVÂNCIA – SÚMULA 610 DO STF – PENAS IMPOSTAS – REANÁLISE – ART. 59 DO CP – PENA-BASE – DUAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAS – CULPABILIDADE E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME – REDUÇÃO POSSÍVEL.

- Com efeito, eventual não atendimento a alguma das exigências do art. 226 do Código de Processo Penal não infirma, por si só, o seu teor probatório, pois é de se considerar que tais exigências são meramente formais e não da essência a validade do ato.

- Pelo texto do citado art. 212 do CPP, fica claro que o Magistrado continua a ser o condutor do processo, o responsável pela realização dos atos processuais. Em nenhum momento o Código de Processo Penal veda ao Magistrado que inicie a audiência, muito menos que ele seja impedido de ler trechos de depoimentos ou da denúncia, muito menos que ele não possa formular algum tipo de pergunta às

testemunhas.

- *O registro do ato processual, AIJ, por meio de recursos de gravação é previsto em lei, sendo que nem todos os atos necessitam ser gravados ou reduzidos a termo, neste sentido é o teor do art. 405, caput, e § 1.º do CPP.*

- *Quando após a realização do ato a defesa tem acesso aos autos e nada cogita, ou seja, sobre a ocorrência de qualquer vício de gravação da AIJ e estando as mídias encartadas no corpo do processo, com livre acesso as partes, não há que ser declarada ou reconhecida qualquer nulidade processual. Aplica-se ao caso o contido no art. 563 do CPP.*

- *Estando o acervo probatório harmônico no sentido de apontar os réus como autores do crime de latrocínio, a condenação é medida que se impõe.*

- *Havendo ou não intenção premeditada na conduta dos agentes que optam por praticar um crime de roubo com uso de arma, a morte da vítima é previsível, e, se não existia o propósito de matá-la, assumiram o risco de produzir o evento morte, em particular quando se efetua um disparo a curta distância, na face daquela, restando configurado latrocínio.*

- *Detectado o nexo de causalidade entre a violência empregada pelos agentes durante a execução do crime de roubo e a morte da vítima, não há que se falar em desclassificação do delito de homicídio em concurso com roubo tentado, sendo irrelevante a ausência de subtração patrimonial. Súmula 610 do STF.*

- *A pena-base é de ser fixada em patamar superior ao mínimo legal, quando ao menos duas circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP forem negativas, porém, nesse contexto, não se afigura razoável se afastar muito de dito patamar."*

Houve embargos de declaração defensivos, os quais foram rejeitados (fls. 589-593).

No recurso especial, trouxe a Defesa a alegação de ofensa aos seguintes dispositivos:

a) art. 396 do Código de Processo Penal, pois teria havido a designação da audiência de instrução e julgamento sem que fosse aberto prazo para oferecimento de resposta à acusação;

b) art. 226 do referido Estatuto Processual, pela ausência de observância das formalidades para o reconhecimento pessoal dos Acusados;

c) art. 405, § 2.º, também do Códex Processual, pela falta de controle do que estaria sendo ou não gravado durante a realização da audiência;

d) arts. 18 e 19 do Código Penal, pois seria devida a desclassificação para o crime do *caput* do art. 157 do mesmo Código, pela ausência de comprovação de que os Agravantes "pretendiam ou assumiram a morte da vítima." (fl. 647).

Pedem a anulação do processo ou a desclassificação da conduta.

Oferecidas contrarrazões (fls. 652-653), inadmitiu-se o recurso na origem (fls. 663-670), advindo presente Agravo (fls. 678-698), contraminutado às fls. 732-734.

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo não conhecimento do Agravo (fls. 752-755).

É o relatório.

Decido.

A decisão do Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, pela necessidade de reexame de provas, em relação às seguintes teses: **a)** nulidade pela ausência de prazo para resposta à acusação antes do recebimento da denúncia e da designação da audiência de instrução e julgamento; **b)** falta de observância das formalidades para o reconhecimento pessoal; **c)** nulidade na gravação das audiências. Afirmou, ainda, que a matéria referente ao pleito de desclassificação da conduta não estaria prequestionada.

As razões do agravo em recurso especial, entretanto, deixaram de refutar a decisão agravada, no que diz respeito à necessidade de reexame de provas para análise da tese de nulidade pela falta de resposta à acusação antes do recebimento da denúncia e designação da audiência de instrução e julgamento.

Sendo assim, não houve a observância da dialeticidade recursal, motivo pelo qual carece o agravo de pressuposto de admissibilidade, qual seja, a impugnação efetiva e concreta dos fundamentos utilizados para inadmitir ao recurso especial.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DO DESPACHO DE INADMISSIBILIDADE INATACADOS. INCIDÊNCIA DA SUM. N. 182/STJ. TRÁFICO DE DROGAS. REGIME PRISIONAL SEMIABERTO. PEQUENA QUANTIDADE DE ENTORPECENTE. 21,29 DE COCAÍNA/CRACK. HC DE OFÍCIO.

1. Como tem reiteradamente decidido esta Corte, os recursos devem impugnar, de maneira específica e pormenorizada, todos os fundamentos da decisão contra a qual se insurgem, sob pena de vê-los mantidos. Não são suficientes meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à inadmissão do agravo ou do recurso especial ou a insistência no mérito da controvérsia.

[...]

4. Agravo regimental não provido. Concedido HC de ofício para fixar o regime prisional semiaberto." (AgRg no AREsp 1.422.004/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 20/05/2019.)

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO RECURSAL GENÉRICA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Ao recorrente incumbe demonstrar o equívoco da decisão em face da qual se insurge, não bastando a impugnação genérica dos seus fundamentos, sendo imprescindível que impugne todos os óbices por ela apontados de maneira específica e suficientemente demonstrada, nos termos do art. 932 do CPC, c/c art. 3º do CPP.

2. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 1.318.569/SE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora